

Paralelos e desafios entre as políticas municipais e as diretrizes internacionais para a primeira infância

Isabela Grilo Pessoni

Mestra, Uninove, Brasil.
isagpessoni@gmail.com

Cintia de Castro Marino

Professora Doutora, Uninove, Brasil.
cintiacmarino@uni9.pro.br

Tháisa Leal da Silva

Professora Doutora, Atitus Educação, Brasil.
thaisa.silva@atitus.edu.br

Wilson Levy

Professor Doutor, Uninove, Brasil.
wilsonlevy@uni9.pro.br

RESUMO

Com o intuito de investigar paralelos e desafios entre as políticas municipais e as diretrizes internacionais voltadas para a primeira infância, este artigo direciona sua atenção para a elaboração de uma análise comparativa. Nesse sentido, é apresentada a construção de um quadro analítico que estabelece relações entre o Plano Municipal pela Primeira Infância do Município de São Paulo (2018-2030) e as diretrizes da iniciativa global Urban95 da Fundação Bernard van Leer, que aborda a inclusão da perspectiva infantil nas cidades. Utiliza-se o método exploratório, com base em uma análise minuciosa de relatórios da administração pública, como o plano e seus balanços anuais. Durante o processo de pesquisa, foram extraídas informações-chave focando na identificação de leis, regulamentos, planos de ação e projetos que visem o avanço da atenção à primeira infância, com o intuito de validar e ampliar a compreensão sobre o tema. Em um contexto no qual as cidades devem proporcionar ambientes propícios ao desenvolvimento infantil, o estudo busca compreender como as políticas municipais dialogam com as diretrizes internacionais. Os resultados evidenciam os desafios decorrentes das desigualdades na cidade de São Paulo no âmbito da atenção à primeira infância, ressaltando a necessidade de políticas públicas coordenadas e interdisciplinares nesta agenda.

PALAVRAS-CHAVE: Primeira Infância. Políticas Públicas. Diretrizes Internacionais

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento saudável e pleno das crianças na primeira infância é uma preocupação central nas agendas políticas e sociais em nível global. Essa fase crucial da vida é caracterizada por um rápido crescimento físico, cognitivo e emocional, moldando a base para o bem-estar e o sucesso ao longo da vida. A efetiva implementação de políticas públicas voltadas para essa faixa etária enfrenta desafios complexos e multifacetados, muitos dos quais estão intrinsecamente ligados ao contexto urbano.

Levando em conta essa perspectiva, o espaço urbano influencia diretamente a experiência e o desenvolvimento das crianças, assim investir na primeira infância envolve não apenas fornecer acesso a serviços de qualidade, como educação e saúde. É necessário também criar ambientes seguros e estimulantes que favoreçam a exploração, o lúdico e a interação social. Adicionalmente, é essencial garantir suporte aos responsáveis pelo cuidado, por exemplo, por meio de serviços de assistência, mobilidade adequada, garantia de direitos e redução das desigualdades.

Este artigo se dedica a uma investigação dos paralelos e desafios entre as políticas municipais e as diretrizes internacionais direcionadas à primeira infância. A Urban95 é uma iniciativa global da Fundação Bernard van Leer que busca colocar as necessidades e perspectivas das crianças com menos de cinco anos no centro do planejamento urbano e da tomada de decisões nas cidades. O nome da iniciativa refere-se à altura média de uma criança de três anos, ou seja 95 centímetros, representando assim a perspectiva e a experiência das crianças pequenas nas cidades.

Em um mundo cada vez mais urbanizado, as cidades desempenham um papel fundamental nas condições de vida das crianças e na promoção de seu desenvolvimento saudável. Desde 2013, o município de São Paulo tem integrado em suas metas governamentais ações voltadas para a primeira infância, como evidenciado pelo lançamento do Programa São Paulo Carinhosa, seguido pela introdução do Plano Municipal pela Primeira Infância 2018-2030 e do Programa Territórios Educadores. Essas iniciativas refletem o compromisso assumido por

diversos países em 2015, como parte da Agenda 2030, em promover o desenvolvimento integral das crianças desde os primeiros anos de vida.

Nesse sentido, este estudo direciona sua atenção para a cidade de São Paulo, uma metrópole que enfrenta uma gama de desafios complexos em relação à promoção do bem-estar infantil. O cerne deste estudo reside na análise comparativa entre as metas do Plano Municipal pela Primeira Infância do Município de São Paulo, proposto para o período de 2018 a 2030, e as diretrizes desenhadas pela iniciativa global Urban95 da Fundação Bernard Van Leer.

A abordagem metodológica empregada é exploratória, utilizando-se de relatórios da administração pública, como o Plano Municipal pela Primeira Infância do Município de São Paulo e seus balanços anuais, como fonte de informações. Esses documentos proporcionam um panorama abrangente das políticas e ações empreendidas no âmbito da primeira infância, possibilitando uma análise minuciosa e comparativa.

Como reflexão, este artigo procura enriquecer o diálogo sobre a interação entre políticas locais e diretrizes globais para promover uma primeira infância saudável e vibrante na cidade de São Paulo. Por meio da identificação de ações significativas e desafios inerentes a esta agenda, busca-se fornecer subsídios valiosos para informar a tomada de decisões e aprimorar as estratégias futuras.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

As crianças têm sido negligenciadas no planejamento urbano, resultando em ambientes hostis, inseguros e pouco adaptados às suas necessidades. Esse cenário afeta não apenas as crianças, mas também a comunidade como um todo. Francesco Tonucci (2008) oferece uma análise contundente sobre como as cidades podem ser repensadas para melhor atender às necessidades e interesses das crianças, garantindo um ambiente urbano mais inclusivo e voltado para o bem-estar infantil. O autor desafia a noção tradicional de planejamento urbano que muitas vezes prioriza as necessidades de homens adultos e as atividades ligadas ao trabalho. Sua abordagem enfatiza a importância de criar espaços urbanos onde as crianças possam explorar, brincar e interagir livremente, estimulando o desenvolvimento cognitivo, emocional e social. Ao repensar o planejamento urbano sob a perspectiva das crianças, sua teoria nos lembra que uma cidade verdadeiramente inclusiva e voltada para o bem-estar deve acomodar todas as idades e necessidades.

O conceito de "Cidade de 15 Minutos", desenvolvido por Carlos Moreno (2021), propõe a criação de bairros onde as necessidades cotidianas das pessoas possam ser atendidas a uma distância máxima de 15 minutos a pé, o que elimina a dependência excessiva de veículos motorizados e promove a interação social, a acessibilidade e a conexão com a natureza. Nesse contexto, a criança é vista como um indicador sensível da qualidade urbana, já que suas atividades, necessidades e experiências são um reflexo direto do ambiente em que vivem. Assim, a criança é considerada na formulação de espaços públicos seguros, acolhedores e propícios ao desenvolvimento infantil. Parques, áreas de lazer, escolas, creches e espaços culturais são projetados de maneira a atender às necessidades das crianças e suas famílias, promovendo a interação, a aprendizagem e o bem-estar.

Além disso, a ênfase no transporte ativo, como caminhar ou andar de bicicleta, não apenas contribui para a saúde e o desenvolvimento físico das crianças, mas também fomenta a autonomia e a independência desde cedo. A possibilidade de se deslocar de forma segura e acessível dentro do próprio bairro permite que as crianças explorem, interajam com seus pares e participem ativamente da vida comunitária e ocupem as ruas. Dita abordagem, reconhece a criança como um agente fundamental no planejamento urbano, promovendo um ambiente que responda às suas necessidades e contribui para seu crescimento saudável e integral. Pode-se dizer que Jane Jacobs (2011) já adotava essa concepção:

As crianças da cidade precisam de uma boa quantidade de locais onde possam brincar e aprender. Precisam, entre outras coisas, de oportunidades para praticar todo tipo de esporte e exercitar a destreza física – e oportunidades mais acessíveis do que aquelas de que desfrutam na maior parte dos casos. Ao mesmo tempo, no entanto, precisam de um local perto de casa, ao ar livre, sem um fim específico, onde possam brincar, movimentar-se e adquirir noções do mundo (JACOBS, 2011, p. 11).

A autora ressalta a necessidade crucial de proporcionar às crianças ambientes multifacetados e ricos em oportunidades para brincar, aprender e se desenvolver, em oposição a *playgrounds* isolados e separados. Ela argumentava que muitos *playgrounds* projetados de forma convencional eram monótonos, desinteressantes e frequentemente subutilizados. Ela destacava a importância de articular as atividades das crianças aos espaços urbanos, permitindo a integração com a cidade de maneira natural, ao invés de serem confinadas a áreas específicas para brincar.

No entanto, Jacobs (2011) também lança luz sobre a disparidade que muitas vezes existe entre as demandas das crianças por espaços acessíveis e inclusivos para suas atividades e as realidades urbanas. O contexto urbano tem a responsabilidade de incentivar a ocupação de espaços que garantam o pleno desenvolvimento infantil, pois é um ambiente onde a convivência comunitária se manifesta. Para que as crianças possam experimentar essa interação com a comunidade, a cidade se configura como o eixo central para acessar direitos exclusivos de crianças e adolescentes, como estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990).

A interação entre crianças e o ambiente urbano expõe desigualdades sociais nas diferentes agendas. Assim destaca-se a importância da relação entre espaços públicos e privados para fomentar cuidado, afeto, educação, diversão, lazer e interação comunitária. Nesse sentido, as autoras Cardoso e Daroda (2010; 2011) introduzem o conceito de "múltiplas infâncias", que oferece uma análise dos padrões de utilização do espaço urbano por crianças nas cidades brasileiras.

O conceito de "múltiplas infâncias" surge de uma reflexão sobre a categorização da utilização do espaço urbano pelas crianças, relativos aos espaços público e privado, oferecidos por Karsten (2005) e pelas diversas práticas de deslocamento cotidiano, analisadas por Oliveira (2004). O estudo assim identifica três categorias: (i) crianças que interagem com o ambiente, caminham pelas ruas, utilizam os espaços públicos de lazer, como parques e quadras, para trocas e interações comunitárias; (ii) aquelas que interagem com a rua apenas como local de passagem entre lugares (privados) e deslocam-se quase sempre por meio de um veículo; e, por fim, (iii)

aquelas em situação de risco, para quem a cidade se torna um espaço de sobrevivência, visto que habitam nas ruas.

Ressalta-se, neste ponto, a percepção do direito à convivência comunitária e o direito à cidade, à medida que se reconhece que o desenvolvimento da criança se dá a partir da ocupação da cidade, do exercício de transitar pelas ruas, da convivência e troca com diferentes atores sociais, sejam eles crianças, adultos ou idosos, de maneira segura e em espaços que promovam seu desenvolvimento (DIAS, FERREIRA, 2015).

3 MÉTODO

A metodologia adotada nesta pesquisa se baseia no aprofundamento das ações desenvolvidas na cidade de São Paulo, focando na identificação de leis, regulamentos, planos de ação e projetos que visam o avanço da primeira infância. Especificamente, este estudo se concentra nas ações executadas pelo poder público, conforme estabelecido no Plano Municipal pela Primeira Infância – PMPI (SÃO PAULO, 2018a). O PMPI possui um horizonte de execução até o ano de 2030, alinhado com os compromissos internacionais delineados na Agenda 2030 (ONU, 2015). Anualmente é publicado um balanço no sentido de monitorar o andamento das ações realizadas no âmbito da primeira infância (SÃO PAULO, 2019a; 2020a; 2021).

A abordagem metodológica adotada é exploratória e tem como base relatórios provenientes da administração pública, incluindo os balanços municipais. A pesquisa consistiu em uma análise minuciosa desses documentos, durante a qual foram extraídas informações-chave e conduzidas comparações com outras fontes a fim de validar e aprofundar a compreensão sobre o tema. De acordo com informações do Observatório da Primeira Infância (2022), cerca de 1,1 milhão de crianças com idades entre 0 e 6 anos residem na cidade de São Paulo, correspondendo a aproximadamente 9,4% da população total.

A coleta e análise dos dados se concentraram nos relatórios do Plano Municipal da Primeira Infância – PMPI (SÃO PAULO, 2018a) e nos balanços referentes aos anos de 2019, 2020 e 2021 (SÃO PAULO, 2019a; 2020a; 2021). Esses relatórios não seguem um padrão único, entretanto, cada um deles apresenta aspectos chave que forneceram a base para a análise.

O primeiro relatório (SÃO PAULO, 2019a) observa o primeiro ano de implementação do PMPI e identifica os principais desafios enfrentados, especialmente em relação ao desenvolvimento de um modelo de monitoramento e avaliação. O segundo relatório (SÃO PAULO, 2020a) aborda principalmente os impactos da pandemia da COVID-19 e descreve as ações adotadas pelo poder público para enfrentar os desafios acentuados pela crise, incluindo violências e desigualdades. O terceiro relatório analisado (SÃO PAULO, 2021) apresenta uma análise mais detalhada das metas e estratégias delineadas no PMPI, e traça um plano de ação para o período de gestão municipal atual (2021-2024).

A análise das informações coletadas nos relatórios municipais também é enriquecida pelo paralelo entre a ação municipal e as diretrizes da iniciativa global Urban95 da Fundação Bernard Van Leer (2019; 2022), que reconhece e enfatiza a vivência das crianças no contexto urbano. O quadro comparativo entre as políticas municipais e as diretrizes internacionais foi desenvolvido visando identificar paralelos e desafios nas políticas voltadas para a primeira infância na cidade de São Paulo. Para tanto foram selecionados cinco eixos analíticos, extraídos das diretrizes da iniciativa Urban95 (FUNDAÇÃO BERNARD VAN LEER, 2019; 2022): (i) tomada

de decisões baseada em dados concisos e integrados; (ii) criação de um ambiente urbano propício e saudável ao desenvolvimento infantil; (iii) mobilidade urbana para crianças e cuidadores; (iv) acesso aos serviços públicos; e (v) participação social.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta seção aborda os resultados e discussões provenientes da análise comparativa entre as políticas municipais e as diretrizes internacionais voltadas à primeira infância, com foco na cidade de São Paulo.

Tendo em vista a primeira diretriz extraída da Urban95, a tomada de decisões baseada em dados aparece como princípio essencial para impulsionar o desenvolvimento integral das crianças. Além disso, protocolos integrados de atendimento simplificam o acesso às políticas públicas, estabelecendo diretrizes claras para encaminhamentos e acesso aos diversos serviços, como visita domiciliar, assistência social e saúde familiar. Ainda, ao unificar bases de dados e monitorar o progresso das crianças nos serviços municipais, informações valiosas são obtidas para guiar políticas públicas futuras e melhorar a qualidade dos serviços prestados (FUNDAÇÃO BERNARD VAN LEER, 2019, p. 35):

Acreditamos na importância da coleta de dados, na identificação de padrões e informações, e na utilização dessas informações para a tomada de decisões. Quando uma iniciativa se baseia em dados, disponibiliza informações de qualidade às pessoas certas no momento certo, e elas usam os dados para agir. Dados são muito mais do que apenas números; eles provocam conversas decisivas e contribuem para tomadas de decisões eficazes. Obter os dados certos é crucial, mas eles são mais efetivos quando geridos por líderes engajados e com os sistemas de gestão eficientes.

Destacam-se os avanços da metrópole de São Paulo na adoção de abordagens interdisciplinares apoiadas por dados, visando fundamentar suas decisões. A cidade estabeleceu uma estrutura de governança composta por equipes interdisciplinares, assessores técnicos e um Comitê Gestor Intersetorial. Foram criadas ferramentas como o "Programa São Paulo Carinhosa" (SÃO PAULO, 2013), o "Orçamento da Criança e do Adolescente" (SÃO PAULO, 2018b) e o "Sistema Integrado de Atenção à Primeira Infância" (SÃO PAULO, 2020b), contribuindo para definir prioridades, monitorar as redes de atendimento e sistematizar informações. No entanto, ao considerar os desafios desta agenda no município, é evidente que a implementação dessas estratégias se torna um processo complexo devido à multiplicidade de atores envolvidos, demandando recursos materiais, humanos e logísticos.

A partir da análise da segunda diretriz, destaca-se a importância do contato com o ambiente urbano no contexto do desenvolvimento saudável das crianças e no bem-estar dos seus cuidadores. A presença de elementos naturais em ambientes de brincadeira, como parques e praças, desempenha um papel fundamental no estímulo à exploração e interação da criança com o meio ambiente. A interação com o ambiente urbano e natural não apenas abre portas para o crescimento físico e mental, mas também fomenta o desenvolvimento social e emocional, estimulando a curiosidade, a criatividade e a sensação de exploração e independência. O contato com elementos urbanos e naturais não apenas estimula a imaginação, mas também

contribui para a construção de uma relação positiva com o ambiente ao redor, nutrindo um senso de apreciação e cuidado desde os primeiros anos de vida (FUNDAÇÃO BERNARD VAN LEER, 2019).

A abordagem do Urban95 ressalta desafios fundamentais que requerem atenção para assegurar um ambiente propício ao desenvolvimento infantil. A ausência de espaços públicos seguros para as famílias, a inadequada segurança viária e questões relacionadas ao conforto ambiental, incluindo níveis de ruído, calor e qualidade do ar, constituem obstáculos marcantes que têm um impacto direto sobre o bem-estar e a qualidade de vida das crianças e suas famílias. Esses desafios não apenas podem restringir o acesso a oportunidades de lazer e educação, mas também têm implicações diretas na saúde e segurança das crianças: “Os desafios a serem enfrentados devem estar claros, como a falta de espaços públicos seguros para famílias, escassa segurança viária ou acesso limitado a centros de saúde e creches” (FUNDAÇÃO BERNARD VAN LEER, 2019, p. 25).

Esse aspecto está intrinsecamente ligado ao planejamento urbano e às políticas públicas que visam promover um ambiente inclusivo e favorável ao crescimento infantil. Com o objetivo de adaptar São Paulo para proporcionar ambientes de diversão e lazer conectados com a natureza, tanto para crianças na primeira infância quanto para seus cuidadores, a cidade implementou alguns espaços lúdicos e educativos em instalações culturais, realizou um certo número de obras para melhorar as calçadas e criou alguns parquinhos acessíveis em praças públicas. Além disso, parques municipais com áreas apropriadas para brincadeiras e programas de incentivo à leitura foram inaugurados. As intervenções podem ser consideradas pontuais, ainda não ganham escala. Não obstante, durante o período analisado, a pandemia exacerbou a exposição das crianças a dispositivos eletrônicos e também limitou o contato intergeracional, o acesso a espaços culturais e comunitários, áreas verdes e experiências na natureza.

A partir da análise da terceira diretriz, destaca-se a importância da mobilidade urbana para famílias, permitindo que cuidadores e crianças se desloquem a pé ou de bicicleta para serviços e espaços de lazer (FUNDAÇÃO BERNARD VAN LEER, 2019, p. 5):

Qualquer pessoa que tenha tentado ir a algum lugar com uma criança de dois anos, curiosa e cheia de energia, ou com um bebê pesado no colo, pode atestar isso. Um bom sistema de transporte público é muito importante, mas se você estiver com uma criança pequena, a melhor opção costuma ser caminhar de forma segura, confortável e rápida. Desenvolvemos um conceito de ‘bairro de 15-minutos’ em que a meta é que famílias com crianças pequenas possam chegar andando aos serviços que precisam em até 15 minutos.

Em São Paulo, a implementação do Programa Territórios Educadores (SÃO PAULO, 2018a) é uma estratégia que busca criar um ambiente propício para relações sociais e interação com o espaço público. Como meta, esta iniciativa visa revitalizar o espaço urbano próximo às unidades de educação infantil, através de intervenções de segurança viária e instalação de mobiliário educativo e lúdico.

As diretrizes internacionais também enfatizam a importância do acesso a serviços públicos e espaços de lazer para as famílias, conforme mencionado na quarta diretriz analisada.

Esse acesso é crucial para o desenvolvimento infantil e para reduzir desigualdades sociais (FUNDAÇÃO BERNARDVAN LEER, 2019, p. 7):

Famílias precisam de apoio para proporcionar um cuidado encorajador e responsivo a crianças pequenas. Se (e como) os cuidadores utilizam os serviços nos diz duas coisas: se os serviços são acessíveis e se os cuidadores estão integrados aos sistemas formais da cidade e se são alcançados pelas políticas públicas. Avaliar as várias barreiras enfrentadas por diferentes subgrupos de cuidadores ao ter acesso aos serviços é vital pois permite mais considerações sobre as intervenções adicionais necessárias para apoiar os mais vulneráveis.

Entretanto, em São Paulo, os desafios persistem em relação ao acesso a serviços públicos, especialmente para grupos vulneráveis, e há a necessidade de definir indicadores para monitorar o alcance das metas e estratégias do plano na cidade como um todo, levando em conta as desigualdades territoriais.

Como quinta e última diretriz analisada, a participação ativa das famílias e das próprias crianças na elaboração e execução das políticas públicas é de vital importância para fomentar a atenção à primeira infância. A Fundação Bernard Van Leer (2022) recentemente elaborou um guia específico para integrar esses atores em planos participativos. A participação busca alinhar as políticas com as realidades, demandas e expectativas daqueles diretamente impactados por elas, e fortalecer a democracia ao proporcionar voz a grupos historicamente excluídos (FUNDAÇÃO BERNARDVAN LEER, 2019, p. 7):

Incluir as comunidades na criação e no gerenciamento desses eventos atrai mais participantes e aumenta a sensação de pertencimento local e promove maior sustentabilidade das ações a longo prazo[...] Intervenções pop-up são uma forma eficiente de testar ideias para infraestruturas permanentes e de avaliar o impacto delas sobre o comportamento das pessoas.

Em São Paulo, a Divisão de Gestão Democrática e Programas Intersecretariais prevê formações e sensibilizações continuadas para o aumento do fortalecimento da participação e gestão democrática. Outras medidas foram implementadas na cidade, como a ampliação do direito à licença paternidade para servidores municipais (SÃO PAULO, 2019b), ampliado em vinte dias a três meses, e a realização de eventos como a “Semana do Brincar” e a “IV Semana Municipal da Primeira Infância”, entre 02 e 06 de Agosto de 2021, como em anos anteriores, o evento contou com o apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), que incentivam a participação das famílias.

Além disso, observou-se uma participação mais ativa do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente nas discussões da Comissão de Avaliação do Plano e na construção de estratégias. Não obstante, a empreitada se revela colossal ao abordar a integração de crianças e famílias nos processos participativos de planejamento e monitoramento na escala do município.

Por meio da construção de um quadro analítico-comparativo, os resultados estabelecem relações entre o monitoramento das metas do Plano Municipal da Primeira Infância (PMPI) de São Paulo (2018-2030) e as diretrizes internacionais da iniciativa global

Urban95 da Fundação Bernard Van Leer, que enfatiza a inclusão da perspectiva da criança nas cidades. O Quadro 1 apresenta as diretrizes internacionais na primeira coluna, enquanto a segunda e terceira colunas realizam a comparação, destacando paralelos e possíveis desafios.

Quadro 1- Quadro analítico-comparativo: Diretrizes Urban95 e Metas PMPI

Diretrizes Urban95	Metas PMPI	
	Paralelos	Desafios
A tomada de decisões com base em dados é fundamental para o desenvolvimento infantil, integrando informações para orientar políticas públicas e melhorar serviços.	A cidade implementou uma sólida coordenação através de equipes interdisciplinares, consultores técnicos e um Comitê Gestor Intersetorial, bem como criou ferramentas como: (i) Orçamento da Criança e do Adolescente e (ii) Sistema Integrado da Primeira Infância.	A implementação dessas estratégias enfrenta desafios devido à complexidade e ao envolvimento de múltiplos atores, demandando recursos materiais, humanos e logísticos.
A criação de espaços públicos adequados e o contato com a natureza são cruciais para o desenvolvimento infantil, impulsionar ações que ofereçam ambientes enriquecedores para a primeira infância.	Com o objetivo de criar um ambiente favorável para atividades recreativas e de lazer em sintonia com a natureza, tanto para crianças na primeira infância quanto para seus cuidadores, São Paulo incorporou alguns espaços educacionais e recreativos em contextos culturais, melhorou calçadas e estabeleceu áreas acessíveis para recreação em praças públicas, além de inaugurar parques municipais com instalações propícias para brincadeiras e promoção da leitura.	Ao longo do período analisado, a pandemia amplificou a exposição das crianças a dispositivos eletrônicos e, simultaneamente, reduziu o contato intergeracional, a acessibilidade a locais culturais e comunitários, espaços verdes e vivências na natureza. Para lidar com esse cenário, torna-se imperativo estabelecer estratégias que restrinjam tal exposição e mobilizem a sociedade como um todo para enfrentar esse desafio.
A mobilidade das famílias é crucial para assegurar o acesso a serviços essenciais, como saúde, educação e assistência social. Além disso, garantir que crianças e seus cuidadores possam percorrer suas rotinas diárias com segurança, elementos lúdicos e acessibilidade é fundamental para promover a autonomia infantil.	A implementação dos Territórios Educadores é uma estratégia que busca criar um ambiente propício para relações sociais e interação com o espaço público. Especificamente em relação aos territórios educadores, os relatórios apontam o avanço nos projetos de segurança viária e das estações educadores em territórios vulneráveis.	Existe uma ressalva em relação as políticas públicas intersetoriais, como instrumento para redução das desigualdades, como estratégias que infiram na qualidade de vida das crianças e cuidadores, como mobilidade, segurança viária, iluminação, calçamento de vias e acesso a serviços públicos.
A importância do acesso a serviços públicos e espaços de lazer para as famílias é crucial para o desenvolvimento infantil e para reduzir desigualdades sociais.	O Plano busca gerir de forma integrada os serviços, benefícios e programas voltados à primeira infância. Como primeiro passo, em 2021, foi dado início ao processo de implementação do Protocolo Integrado de Atenção à Primeiríssima Infância.	O processo é lento e moroso. Os desafios persistem em relação ao acesso a serviços públicos, especialmente para grupos vulneráveis, e há a necessidade de definir indicadores para monitorar o alcance das metas e estratégias do plano, levando em conta as desigualdades territoriais.
A participação das famílias e crianças nos processos de construção das políticas públicas são elementos estruturantes para a atenção à primeira infância, à medida em que representam a parte interessada deste processo.	A Divisão de Gestão Democrática e Programas Intersecretariais prevê formações e sensibilizações continuadas para o aumento do fortalecimento da participação e gestão democrática.	A tarefa é monumental e intrincada quando se trata de integrar crianças e famílias nos procedimentos participativos de planejamento.

Fonte: Elaboração própria.

A análise comparativa entre as políticas municipais voltadas para a primeira infância em São Paulo e as diretrizes internacionais da Urban95 evidenciou importantes paralelos e desafios. A pesquisa buscou avaliar metas e não se aprofundou em dados quantitativos para avaliar os resultados atingidos. A convergência entre as estratégias implementadas a partir do PMPI e as diretrizes propostas sinaliza a busca por ambientes mais propícios ao desenvolvimento infantil na cidade. Contudo, os desafios identificados, para a implementação desta agenda e os impactos da pandemia, reforçam a necessidade de uma abordagem integrada e sensível às demandas das famílias e crianças. Esses resultados destacam a importância de continuarmos aprimorando as políticas municipais para a primeira infância, alinhando-as não apenas com padrões internacionais, mas também com as realidades locais, a fim de promover um ambiente urbano inclusivo e bem-sucedido para as gerações futuras.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A primeira infância é um tema transversal à pauta global definida pela Agenda 2030 em seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS (ONU, 2015). Esse compromisso assumido por diversos países, em 2015, se traduz nas ações do município de São Paulo, que desde 2013 tem incluído nas metas de governo, intervenções de atenção à primeira infância, como o Programa São Paulo Carinhosa (SÃO PAULO, 2013), seguido pela implementação do Plano Municipal pela Primeira Infância 2018-2030 e do Programa Territórios Educadores (SÃO PAULO, 2018a; 2019a; 2020a; 2021).

A estruturação das políticas públicas de atenção à primeira infância na cidade de São Paulo remonta ao ano de 2013, entretanto, a partir da instituição do Plano Municipal da Primeira Infância de 2018, houve uma definição clara dos compromissos administração pública com a pauta, com a definição de metas e estratégias para que sejam efetivados os direitos de crianças na primeira infância. Os mecanismos legais como leis e decretos conforme apresentados ao longo do estudo se consolidam como importante ferramenta de garantia que as ações desenvolvidas sejam continuadas, independente da gestão política.

A partir da pesquisa foi possível reconhecer que há um comprometimento da administração pública com a pauta e com a construção de políticas públicas e medidas de cuidado e proteção à primeira infância e que elas estão alinhadas ao programa Urban95. Entretanto, foi possível perceber os limites institucionais e dificuldades de manutenção das propostas, bem como no monitoramento e avaliação dos dados e informações pelas pastas envolvidas nas metas e estratégias do Plano Municipal.

A redução das desigualdades emerge como um imperativo fundamental para a promoção de um ambiente urbano mais equitativo e inclusivo, onde todas as crianças tenham igualdade de oportunidades. Para efetivamente abordar esse desafio, é imprescindível implementar estratégias de monitoramento contínuo, especialmente direcionadas às políticas voltadas para a redução das desigualdades. A vigilância constante dessas disparidades permite a identificação de lacunas e a adaptação das abordagens de intervenção, visando alcançar resultados mais eficazes e duradouros na construção de uma São Paulo mais justa, equânime e propícia ao desenvolvimento pleno das crianças desde o início de suas vidas.

6 REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

CARDOSO, B.B.; MARZULO, E.P. Infâncias urbanas multidiscursivas. In: **V Simpósio Nacional de História Cultural**, 2010, Brasília, 2010.

CARDOSO, Bianca B.C; DARODA Raquel F. Cidade da Infância: Lugar e Cotidiano na Contemporaneidade. **XIV ENANPUR**. Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em < <https://www.ufrgs.br/gpit/wp-content/uploads/2011/04/cardoso-daroda-cidade-da-infancia.pdf> > Acesso em: 15 de ago 2023.

DIAS, Marina S; FERREIRA, Bruna R. Espaços públicos e infâncias urbanas: a construção de uma cidadania contemporânea. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos Regionais**, Recife, v.17, n.3, p.118-133, out./dez. 2015.

FUNDAÇÃO BERNARD VAN LEER. **Escuta como ato de participação política**: Ouvindo crianças e adultos na formulação de Planos Municipais pela Primeira Infância (PMPI). Publicado em 2022. Disponível em: <https://urban95.org.br/wp-content/uploads/2022/05/Cartilha-Escuta-como-ato-de-participacao-politica.pdf> Acesso em: 17 de ago 2023.

FUNDAÇÃO BERNARD VAN LEER. **Guia Urban95: ideias para a ação**. Publicado em 23 de dezembro de 2019. Disponível em: <<https://urban95.org.br/pdfs/guia-urban95-ideias-para-acao.pdf>> Acesso em: 15 de ago 2023.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

KARSTEN, L. It All Used to be Better? Different Generations on Continuity and Change in Urban Children's Daily Use of Space. **Children's Geographies**, v.3, n.3, p. 275–290, dec. 2005.

MORENO, Carlos et al. Introducing the “15-Minute City”: Sustainability, resilience and place identity in future post-pandemic cities. **Smart Cities**, v. 4, n. 1, p. 93-111, 2021. Doi: 10.3390/smartcities4010006.

OBSERVATÓRIO DA PRIMEIRA INFÂNCIA. Boas Práticas: Rede Nacional Primeira Infância (RNPI) - Brasil. São Paulo: 2022. Disponível em: <https://www.observaprimeirainfancia.org.br/pagina/boas-praticas> Acesso em: 15 de ago 2023.

OLIVEIRA, C. **O ambiente urbano e a formação da criança**. São Paulo: Aleph, 2004.

ONU. Organização Das Nações Unidas. **Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. Nova York: ONU, 2015. <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 17 de ago 2023.

SÃO PAULO. **3º Balanço da Implementação do Plano Municipal da Primeira Infância 2018-2030 de São Paulo**. São Paulo, SP: Prefeitura Municipal de São Paulo. 2021. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/governo/BALANCO-2021-%20PMPI.pdf>. Acesso em: 15 de ago 2023.

SÃO PAULO. **2º Balanço da Implementação do Plano Municipal da Primeira Infância 2018-2030 de São Paulo**. São Paulo, SP: Prefeitura Municipal de São Paulo. 2020a. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/Balan%C3%A7o%20PMPI%20-%202020_v_final_baixa%20resolu%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 15 de ago 2023.

SÃO PAULO. **Protocolos Integrados De Atenção À Primeira Infância**. Resolução Secretaria de Governo Municipal - SGM/CGIPMIPI Nº 2 de 29 de dezembro de 2020. Prefeitura Municipal de São Paulo. São Paulo. 2020b. Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/resolucao-secretaria-de-governo-municipal-sgm-cgipmipi-2-de-29-de-dezembro-de-2020>. Acesso em: 20 set. 2023.

SÃO PAULO. **1º Balanço da Implementação do Plano Municipal da Primeira Infância 2018-2030 de São Paulo.** São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo. 2019a. Disponível em:
<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/balanco.pdf>. Acesso em: 15 de ago 2023.

SÃO PAULO. Lei nº 17.200 de 14 de outubro de 2019. Dispõe sobre a prorrogação da licença paternidade aos servidores municipais. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo. 2019b. Disponível em:
<http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-17200-de-14-de-outubro-de-2019#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20prorroga%C3%A7%C3%A3o%20da,16%20de%20fevereiro%20de%202018>. Acesso em: 15 de set. 2023.

SÃO PAULO. **Plano Municipal da Primeira Infância 2018-2030 de São Paulo.** São Paulo, SP: Prefeitura Municipal de São Paulo. 2018a. Disponível em:
https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/Plano_Municipal_pela_Primeira_Infancia.pdf. Acesso em: 15 de ago 2023.

SÃO PAULO. **Sobre o Orçamento Criança e Adolescente do Município de São Paulo.** São Paulo, SP: Prefeitura Municipal de São Paulo. 2018b. Disponível em:
https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos_humanos/crianca_e_adolescente/ORCAMENTO/Sobre%20o%20OCA%202018.pdf. Acesso em: 21 de set 2023.

SÃO PAULO. Decreto nº 54278, de 28 de agosto de 2013. Institui a Política Municipal para o Desenvolvimento Integral da Primeira Infância na Cidade de São Paulo – São Paulo Carinhosa e cria seu Comitê Gestor. **Diário Oficial da Cidade de São Paulo.** São Paulo, 29 de ago. 2013.

TONUCCI, Francesco. **A cidade das crianças.** São Paulo: Editora UNESP, 2008.